



PIBINHO NÃO SUSTENTA EMPREGO

A previsão do Banco Central para o PIB brasileiro em 2015 é de recuo de 1,03% (relatório Focus 14/4/2015), antevendo a continuada recessão da indústria de transformação e a queda no consumo das famílias, frente ao mergulho dos investimentos e ao aperto do crédito. Nossa população continua crescendo, embora o brasileiro siga empobrecendo, já que o PIB *per capita* recuou 0,7% no ano passado (riqueza do Brasil avançou apenas 0,1%, conforme IBGE, enquanto China 7,4%, Índia 7,2%, Estados Unidos 2,4%, México 2,1% e Alemanha 1,6%, segundo Austin Ratings) e a inflação continua sem sinalizar qualquer arrefecimento no ano corrente (IPCA de 8,23%, segundo Relatório Focus).

Nos últimos quinze anos, o PIB da “agropecuária/básicos” quase dobrou (R\$ 180 bilhões/1994 e R\$ 349 bi/2014, fonte Cepea) e somente no ano passado, o movimento “dentro da porteira” representou 6,3% do PIB nacional. Paradoxalmente, o elogiável índice apurado contrasta com os gastos do Governo em segurança da sanidade que somou apenas R\$ 141 milhões em 2014 (R\$ 114 mi, entre 2008 e 2012 e R\$ 120 mi em 2013, Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão). Resta conferir se em 2015 os ajustes do esforço fiscal em curso não influenciarão negativamente os recursos disponíveis do “Plano Nacional de Defesa Agropecuária” (provavelmente anunciado enquanto você lê essa coluna) que visa definir as estratégias e ações para evitar e combater pragas nas lavouras e doenças dos rebanhos.

O PIB do agronegócio é modulado pelo efeito aditivo resultante das atividades interdependentes, que em 2014, segundo o Cepea/USP, contribuíram assim: vetor “insumos” (rações, medicamentos, fertilizan-

tes, defensivos, combustíveis, etc.) com R\$ 138 bi; vetor “agropecuária/básicos” (milho, soja, café, cana, bois, frangos, suínos, leite, ovos, etc.) com R\$ 349 bi; vetor “agroindústria” (abatedouros, laticínios, açúcar, etanol, celulose, etc.) com R\$ 327 bi; e finalmente o vetor “distribuição” gerando R\$ 366 bi.

Ainda (renda gerada de R\$ 1,18 trilhão, conforme metodologia cálculo/Cepea) adicionou aproximadamente R\$ 21,00 a cada R\$ 100,00 agregados ao PIB total (R\$ 5,52 trilhões, nova metodologia de cálculo das Contas Nacionais/IBGE) e somou 43% das exportações totais brasileiras (US\$ 225 bi, Secex/MDIC), apesar da queda da receita consequente à redução da cotação das *commodities* agrícolas.

É importante salientar que as variações do PIB causam alterações no índice de desemprego e seu crescimento determina aumento da ocupação, uma vez que geralmente as empresas devem contratar mais trabalhadores em resposta ao avanço da produção, e vice-versa, embora os coeficientes possam variar de país para país e também de acordo com a época da observação (Arthur Okun, 1962).

A atividade agropecuária continua a oferecer vagas, embora com diminuição da ocupação, tanto no assalariamento quanto nas demais formas de inserção, uma vez que as distintas transformações ocorridas na sociedade e no modo de produção e as modernas técnicas e gerenciamento, aliadas ao crescimento econômico e ao papel estratégico que o Brasil tem adquirido no contexto mundial de produção de alimentos e bioenergia, continuam provocando grandes mudanças na população e na ocupação no meio rural do País.

A indústria de alimentação animal brasileira atendeu à demanda da cadeia produtiva de proteína ani-

mal e contribuiu com o agronegócio nacional (a estimativa é que seus negócios contabilizados no vetor “insumos” tenham movimentado em 2014 em torno de R\$ 50 bi com as matérias-primas para produção de 67 mi de toneladas de rações e suplementos minerais (Sindirações, 2015), e recolhido mais de R\$ 1,1 bi em PIS/Cofins incidentes nessas transações (MB Agro, 2015).

No entanto, o setor também vem sendo afligido pelo minguado avanço de produtividade da mão de obra, que se distancia cada vez mais do vigoroso aumento dos salários reais, razão pela qual a oferta de vagas tem diminuído sobremaneira, fenômeno corroborado pelo saldo negativo (admitidos menos desligados) apurado a partir de dezembro passado (de acordo com Caged/Ministério do Trabalho e Emprego).

A resolução dessa complexa equação para retomada do emprego ou pagamento de melhores salários, sem dúvida, estimula os trabalhadores, empregadores, dirigentes e ativistas sindicais envolvidos nas negociações coletivas, a abrir mão dos interesses particulares em prol da coletividade, e assim garantir a riqueza e o desenvolvimento econômico, social e tecnológico da cadeia produtiva.

O sucesso depende da boa fé e da razoabilidade, já que a formulação de pleitos sem a mínima condição de atendimento compromete a eficácia do processo, enquanto a contraposição imoral das condições, sejam de ordem financeira, econômica ou jurídica, desconstruem o ambiente apaziguado, que invariavelmente culmina na famigerada “judicialização” que não interessa à nenhuma das partes.

Parafrazeando Mahatma Gandhi: “Há riqueza bastante no mundo para as necessidades do homem, mas não para a sua ambição”. ■

▼
Arivaldo Zani
médico veterinário,
professor do
MBA/PECEGE/
ESALQ/USP; mestrado
profissional/FZEA/USP

Gabriel Zani
FFLCH/USP